

► **Informações Básicas**
Texto do Discurso

O SR. SABINO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores do plenário, amigos que nos acompanham pela rádio e pela TV Alerj, boa tarde a todos.

Sr. Presidente, quero inicialmente registrar a presença do ex- Prefeito de Carapebus, Eduardo Cordeiro, que está visitando esta Casa.

Em seguida, quero trazer à tribuna dois fatos, fatos esses aos quais já me referi na última semana aqui. O primeiro deles trata-se de fazer um apelo à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e à Diretoria da FIA pelas associações APAEs e Pestalozzis, entre outras instituições em todo Estado do Rio de Janeiro.

Eu recebi uma confirmação hoje da própria direção da FIA que este ano não haverá publicação do edital para o credenciamento, para escolha de instituições que possam receber recursos do Governo do Estado e levar serviços diretamente à população.

Nunca é demais registrar a importância das APAEs e Pestalozzis no país inteiro, em todo Estado do Rio de Janeiro. São instituições com mais de 50 anos de existência que, Deputado José Luiz Nanci, na grande maioria dos municípios no interior do Estado são as únicas que prestam serviço à população que dele necessita, aos portadores de necessidades especiais.

Quem conhece bem, particularmente a região mais pobre do Estado, ou mesmo a Baixada Fluminense, sabe que as prefeituras não conseguem ter pessoal qualificado nas condições que essas duas instituições de modo especial produzem, a expertise que elas têm pela sua jornada, pela sua trajetória, para esse atendimento.

No ano passado, o edital publicado trouxe profundo prejuízo a esses portadores de necessidades especiais que precisam desse atendimento pelas restrições impostas no edital, e uma quantidade enorme de instituições que já vinham historicamente recebendo recursos do Estado, deixou de recebê-los. Agora se anuncia que não haverá publicação do edital, portanto, consolidando uma situação de injustiça no ano passado, e ainda mais ameaçando aquelas que conseguiram passar naquele ralo, naquele filtro, e estão hoje credenciadas. Instituições importantes em Campos dos Goytacazes, por exemplo, que

prestava atendimento a jovens viciados, foram descredenciadas e têm dificuldades hoje de prestar atendimento. Tenho ciência disso, mas isso aconteceu em todo Estado do Rio de Janeiro.

Trago essa notícia com profunda tristeza e quero solicitar ao meu colega de partido, Deputado Márcio Pacheco, que faça um convite à Presidente da FIA e também ao Secretário de Estado de Assistência Social para que venham à Comissão de Defesa dos Portadores de Necessidades Especiais prestar as informações e esclarecimentos necessários.

É profundamente pesaroso imaginar que instituições, repito aqui, da qualidade e da importância das associações APAEs e Pestalozzis, fechem suas portas no Estado do Rio de Janeiro porque deixaram de ser financiadas, até porque o que o Estado passa para essas instituições é muito pouco em função da relevância do serviço que elas prestam em todo Estado do Rio de Janeiro.

Como segundo tema, Sr. Presidente, quero retomar as informações trazidas brilhantemente a esta tribuna pelo meu colega Deputado Janio Mendes.

Esta Casa realizou, na última quinta-feira, uma importante audiência pública que reuniu três de suas Comissões: a de Minas e Energia, a de Saneamento Ambiental e a de Defesa do Meio Ambiente. A audiência pública mobilizou uma quantidade enorme de Deputados e autoridades no intuito de ouvir, particularmente, as autoridades do meio ambiente: a Agência Nacional do Petróleo, o Ibama e, fundamentalmente, a Chevron, empresa americana que explora petróleo no mundo inteiro e também em nosso País.

Depois de horas da realização da audiência ficou muito claro que o objetivo da Chevron é, desde o princípio, desinformar. Ela não foi capaz de responder a qualquer dos quesitos, a qualquer das questões levantadas, sempre protelando para o futuro, a possibilidade de resposta, mais de duas semanas após o vazamento.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, fui convidado pelo Prefeito de Macaé, Sr. Riverton Mussi, a quem agradeço aqui, publicamente, como o Presidente da Ompetro, Organização dos Municípios Produtores de Petróleo, para fazer uma vistoria, uma fiscalização, no Campo de Frade. Saímos de Macaé num voo de helicóptero às 8h da manhã. Sobrevoamos por quase três horas. Enquanto isso, a empresa assegurava pela imprensa que o vazamento não existia mais e que a mancha já não existia mais.

A nossa constatação, *in loco*, é que persistia o vazamento e a mancha, Deputados, se estendia por quilômetros, quilômetros e mais quilômetros. Portanto, mais uma vez, se omitindo e mentindo a empresa Chevron.

Acompanhou-nos nesse voo o Dr. Flávio Reis, Procurador de Justiça de Macaé - com quem trocamos impressões e opiniões -, que, conforme informado pela grande imprensa, já abriu três procedimentos para apuração das atitudes da ANP e do Ibama. E também, um procedimento para que sejam mensurados os prejuízos desse vazamento ao meio ambiente, mas, sobretudo, à pesca.

As informações prestadas pelas colônias de pescadores de São João da Barra, de Campos dos Goytacazes, de São Francisco do Itabapoana são de que não é mais possível a pesca, particularmente de arrastão, naquelas regiões.

É preciso verificar os prejuízos neste momento e projetá-los no tempo futuro. A pesca está vivendo, de um modo particular, um período de defeso - da sardinha e do camarão. Isso porque estamos em plena temporada de desova, de reprodução.

Será que esse derramamento de óleo não afetará a possibilidade de reprodução dessas espécies de caráter absolutamente importante, sob o ponto de vista econômico? Será que daqui a um ou dois anos essas espécies estarão reproduzidas de maneira a garantir o sustento desses pescadores?

Há outro aspecto importante a ser considerado: o prejuízo da atividade turística em Rio das Ostras, em Búzios, em Cabo Frio, em Barra de São João, no Município de Casimiro de Abreu, em São João da Barra, em Atafona. É preciso mensurar também os danos à economia desses municípios hoje e no futuro.

Por isso, creio que acatando uma sugestão que apresentamos, a Procuradoria da República instaurou esses procedimentos. Mas esperamos mais. Esperamos desta Casa, porque já foi solicitada pela Deputada Aspásia e pelo Deputado Janio Mendes, a abertura de uma CPI. Que esta Casa vote e abra essa CPI.

A grande mídia vem nos informando que a Agência Nacional de Petróleo investiu em programas de prevenção, no ano de 2010, um valor inferior ao que a Petrobras utilizou para a compra de cafezinho em suas instalações. Ora, então as atividades de precaução e prevenção para uma atividade reconhecidamente de alto risco recebem menos

investimentos do que a grande empresa brasileira, a Petrobras, utiliza para a compra de cafezinho?

E mais, a grande imprensa também nos informa que a nossa queridíssima Petrobras deixou vazar, somente no ano de 2009, uma quantidade de petróleo na Bacia de Campos dez vezes superior ao vazamento ora denunciado pela Chevron.

É impressionante esse tipo de informação. O vazamento se registra no dia 7; não a empresa Chevron, mas a Petrobras comunica no dia 8 e a Chevron só toma as primeiras iniciativas a partir do dia 10. E o representante da empresa aqui disse que antes de tomar qualquer iniciativa era necessário identificar quem era o dono do vazamento. Ora, isso equivale a dizer que se fosse um defeito, um vício de fácil reparo, que fosse possível a empresa reparar, subrepticiamente, escondido, o vazamento não teria dono, não haveria denúncia e essa infinidade de prejuízos não seriam reparados. Mas, há outra questão, Sr. Presidente, porque também se disse o seguinte: *“A multa aplicada pelo Ibama, o valor dessa multa, da ordem de 50 milhões de reais, 50% será utilizado na Bacia de Campos.”* E onde serão utilizados os demais 50%, Deputado Brazão, se a Bacia de Campos sofre os problemas que estamos descobrindo agora que são infinitos? Variados e repetidos problemas. Se a Petrobras conseguir receber a multa, 50% serão utilizados para a prevenção de riscos na Bacia de Campos. Não sabemos se o Ibama repete a mesma tese do Ibsen Pinheiro, ou se repete a mesma hipótese de Vital do Rego: que o Estado do Rio de Janeiro não tem seus direitos. Por isso entendo que esta Casa deve sim, como representante do povo fluminense, abrir essa CPI, mas não investigar tão somente, exclusivamente, o acidente – como eles chamam – no Campo de Frade, da Chevron. A CPI desta Casa deve ser mais ampla, porque eu, aqui desta tribuna, já pedi, desde o início do ano, a abertura dessa CPI, quando o Sindipetro nos informava, e a grande imprensa também registrava, que uma quantidade enorme de plataformas, em operação, na Bacia de Campos, estava operando absolutamente sem condições, chegando inclusive o Ministério do Trabalho a suspender as atividades de algumas dessas plataformas. Será necessário novamente uma P-36? Vamos ter que repetir o desastre de uma P-36 para tomarmos providências? Cabe, Srs. Deputados, a responsabilidade deste Parlamento de investigar, apurar, fazer recomendações e aprovar, nesta Casa, Leis que protejam o direito do povo do Estado do Rio de Janeiro, a nossa natureza, o nosso presente e que, sobretudo, garanta o direito das futuras gerações, garantindo o direito ao futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Henriques) – É com muita alegria que a Presidência registra a presença do nosso querido amigo Alexandre Farah, ex-Deputado Estadual aqui neste Parlamento.

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/da417cb42f08274a83257957006bae2e?OpenDocument&Highlight=0,pesca>